

Boletim

CRIPAR

MAIO/2021



**SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

FILIADO À **CNE** E **CUT**
www.apeoesp.org.br

Agenda

APEOESP

Até 12 de maio

- Reunião de Representantes da APEOESP

14 de maio

- Reunião do Conselho Estadual
de Representantes da APEOESP

CUT

06 de maio

- Seminário Internacional CUT -SP / CGIL Lombardia

A crise da pandemia aumenta

A crise da pandemia do novo coronavírus se ampliou no Brasil em 2021, ao contrário do que ocorreu em outros países, que adotaram medidas mais responsáveis de controle sanitário e fizeram investimentos em saúde, além de adoção de políticas de apoio aos setores sociais mais vulneráveis.

No nosso país um governo irresponsável e genocida conduziu ao agravamento da crise.

A ausência de investimentos provocada pela Emenda Constitucional 95, que congelou verbas das áreas sociais, resultou em grandes dificuldades para que o Sistema Único de Saúde (SUS) pudesse enfrentar a pandemia. Porém, apesar disso, o SUS se mostrou à altura do desafio e foi fator determinante para que a situação não fosse ainda mais grave.

As atitudes irresponsáveis do presidente Jair Bolsonaro levaram à contaminação de milhões de brasileiros e à morte de mais de 410 mil pessoas. Apenas de janeiro a março deste ano, estima-se que mais de 100 mil pessoas tenham morrido em razão da Covid-19, ou seja, 29% dos 337 mil óbitos registrados no período, de acordo com dados da Associação Nacional de Pessoas Naturais (ARPEN).

Por outro lado, Bolsonaro se recusou sistematicamente a prover o país das vacinas necessárias à máxima imunização da população, fazendo com que a pandemia siga

em descontrole. Cientistas respeitados, como Miguel Nicolellis, preveem que em breve, lamentavelmente, poderemos chegar a 600 mil mortes pela Covid-19.

A crise aumenta a concentração de renda

No plano econômico e social, a ausência de políticas voltadas para a proteção dos setores mais vulneráveis impacta tanto pelo lado do aumento da miséria e do desamparo, quanto pelo lado do aumento das infecções, tendo em vista que as pessoas não conseguem permanecer em casa, pois precisam buscar o sustento de suas famílias. O atual quadro aprofunda uma situação que já ocorre desde o golpe de 2016, que retirou Dilma Rousseff do governo, pela ausência de políticas estruturantes de desenvolvimento sustentável voltadas para os interesses nacionais, e de políticas sociais consistentes. Pelo contrário, o que se vê são ataques cada vez mais fortes e profundos contra a soberania nacional, contra o patrimônio público e contra os direitos dos trabalhadores e da população. O que se vê é o aumento da concentração de renda, do desemprego, da fome.

Segundo dados da OXFAM, organização da sociedade civil, apenas nos três primeiros meses da pandemia em 2020, os 25 maiores bilionários do mundo aumentaram sua riqueza pessoal em 255 bilhões de dólares. Em relatório mais recente, a instituição apontou que a parcela da

população mundial de bilionários acrescentou às suas contas U\$ 5 trilhões. A outra face da moeda é o aumento da pobreza e da precarização do trabalho, como se verifica pelo aumento da “uberização” em todas as áreas do trabalho, inclusive na Educação.

Não é outra a situação no estado de São Paulo. Em que pese o pesado marketing utilizado para diferenciar-se de Bolsonaro, por razões eleitorais, Doria não investiu em políticas sociais e não estruturou o setor da saúde para enfrentar a pandemia no estado. Ao contrário, Doria vem sistematicamente atuando para fechar integralmente ou desmontar setores inteiros em hospitais públicos e reduziu as verbas destinadas às Santas Casas em plena pandemia. Graças à mobilização social, o governador do desmonte não conseguiu, por

exemplo, pulverizar o Hospital Infantil Darci Vargas, que cuida de crianças e adolescentes com câncer, no bairro do Morumbi, em São Paulo.

Lembramos que Doria pretendia extinguir o Instituto Butantã, instituição que está sendo fundamental para a produção de vacinas não apenas para São Paulo, mas para o país. Com o PL 529, Doria também pretendeu acabar com a Sucen (Superintendência de Controle de Endemias), em plena pandemia. Com muita luta, essas e outras instituições foram excluídas do projeto.

Atacando os serviços públicos e recusando-se a investir em políticas sociais, Doria obteve um superávit orçamentário de R\$ 7,7 bilhões em 2020. Vamos lutar para que esses recursos sejam utilizados para recuperar, reformar e construir escolas para o pós-pandemia.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE É DIREITO SOCIAL

O PROJETO DE ENSINO INTEGRAL CAUSA: MAIS FECHAMENTO DE SALAS E DO NOTURNO, EXCLUSÃO DE ESTUDANTES, FIM DOS CARGOS DOCENTES.

DIGA NÃO A ESTES PROJETOS EXCLUDENTES, AINDA MAIS NA PANDEMIA!

EXIJA A REUNIÃO DO CONSELHO DE ESCOLA PARA REJEITÁ-LOS!

APRENDIZAGEM SE RECUPERA. VIDAS, NÃO!

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
MEMBROS: CEB e CEBEX

www.apeesp.org.br

Pelo auxílio emergencial de R\$ 600,00!

Após um período de desenvolvimento com distribuição de renda, como resultado das políticas implementadas pelos governos democrático-populares entre 2003 e 2016, o Brasil, lamentavelmente retorna ao mapa da fome da ONU.

Pressionado pelos partidos de oposição e pela mobilização social nas redes sociais, o Congresso Nacional aprovou em 2020 um auxílio emergencial de R\$ 600,00, que chegou a R\$ 1.200,00 no caso de algumas famílias. Em 2021, em pleno agravamento da crise, Bolsonaro usou sua base parlamentar para impor um auxílio emergencial que varia de R\$ 150,00 a R\$ 375,00, valores absolutamente insuficientes

para dar qualquer alento à população mais necessitada.

Em São Paulo, Doria enviou e aprovou na Assembleia Legislativa a chamada “bolsa do povo”. Na realidade, mais um golpe de marketing, porque esse projeto não cria novos benefícios, mas apenas centraliza e amplia em R\$ 20,00 benefícios já existentes. O que cria de novo é um subemprego para pais e mães de estudantes, que serão obrigados a trabalhar presencialmente em escolas estaduais, expondo-se ao vírus, para obterem uma bolsa de R\$ 500,00. Na votação na Alesp, os aliados do governo rejeitaram praticamente todas as emendas e mantiveram o dispositivo que permite utilizar, por exemplo, recursos do FUNDEB para bancar a referida “bolsa”. A professora Bebel, deputada estadual e presidente da APEOESP, já anunciou que judicializará esse aspecto.

Nossa luta, em nível nacional e estadual, é pelo auxílio emergencial de R\$ 600,00 para que a população desempregada e mais vulnerável possa permanecer em casa, protegendo-se da pandemia em condições mínimas de sobrevivência.

APEOESP solidária

Além de reforçar a luta, compreendendo o grave momento que atravessamos, quando a fome atinge amplos setores da população, a APEOESP também retomará sua campanha de solidariedade para com a própria categoria e com os setores mais vulneráveis da população.

Assim, as subsedes devem desenvolver campanhas de arrecadação de alimentos e outros produtos necessários e realizar a distribuição,

para minorar o sofrimento desses segmentos da população neste momento de desemprego, perda de renda e tantas outras dificuldades.

Há luz no fim do túnel

No plano político o país continua a viver um cenário de insegurança democrática, resultado das ações irresponsáveis e autoritárias do governo Bolsonaro, ao insuflar e mobilizar setores sociais que se pautam por atitudes negacionistas e constantemente utilizar fakenews como ferramenta de suas ações contra os demais poderes (legislativo e judiciário). As manifestações do dia 1º de maio, quando os apoiadores do presidente foram às ruas para pedir intervenção militar sem a observância de protocolos sanitários, são mais do mesmo, num momento em que Bolsonaro se encontra muito desgastado em função de suas políticas.

Este desgaste criou condições para que haja novas esperanças para o país, numa perspectiva de reverter essa onda autoritária e antissocial que veio sendo construída nos últimos anos.

Dentre estes elementos registramos a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) ao referendar a Segunda Turma, que havia anulado o julgamento do ex-presidente Lula e declarado a suspeição de Sérgio Moro. Retoma-se, assim, a prevalência do devido processo legal e do Estado democrático de direito como elementos primordiais a sustentar a democracia no país. Essa decisão, que devolveu a Lula os direitos políticos, também trouxe a possibilidade de derrotar o projeto fascista que veio com a eleição do atual presidente, ao mesmo tempo em que se aponta para retomada do projeto democrático-popular.

Outro elemento importante é a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid-19 no Senado Federal. Esse fato colocou Bolsonaro ainda mais na defensiva e já se mostram sinais de que o governo teme seus resultados, haja vista o pretexto utilizado pelo ex-ministro da Saúde, Eduardo Pazzuelo, para não prestar depoimento, alegando suspeita de infecção. Porém, será preciso mobilizar a sociedade para que a CPI não acabe em “pizza”, pois os setores políticos e sociais que compõem a base de sustentação do governo não permanecerão calados.

Os ataques continuam

No esforço de manter-se como representante dos interesses dos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, o governo Bolsonaro busca aprovar uma série de projetos de lei que aprofundem o projeto neoliberal de privatização do Estado brasileiro. Dentre esses projetos, está a Reforma Administrativa, pela qual o governo Bolsonaro pretende destruir os direitos dos servidores públicos – como estabilidade, concursos públicos e carreira -, ao mesmo tempo em que institucionaliza o clientelismo por meio das nomeações para cargos públicos. É um dos projetos mais perigosos para os serviços públicos.

Outros projetos que devem ser combatidos e derrotados são a Reforma Tributária, que na perspectiva bolsonarista aprofunda o caráter regressivo da política tributária brasileira; mineração em terras indígenas; projeto que facilita o porte e posse de armas de fogo, o da educação domiciliar, entre outros.

Entretanto, há um projeto que precisa ser combatido e derrotado de imediato. Trata-se do PL 5595/2020, que declara a educação como “serviço essencial”, com o propósito de forçar a volta às aulas presenciais em plena pandemia e, também, dificultar o exercício do direito de greve. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados, mas no Senado, graças à pressão das bancadas de oposição, onde têm peso relativo maior, o presidente da Casa o retirou de pauta, prometendo uma ampla discussão. Mas não devemos baixar a guarda. Por isso a Diretoria Estadual Colegiada aprovou que continuemos a enviar mensagens aos senadores e senadoras, para que não aprovem esse projeto.

Sempre é preciso lembrar que, em que pese o jogo de cena eleitoral, Doria está afinado com as principais políticas bolsonaristas e decretou a Educação como serviço essencial por meio de decreto, exatamente com o mesmo objetivo.

Governo Doria é irresponsável e sem compromisso social

As ações de marketing do Doria sempre procuram apresentá-lo como um “gestor” avesso à política. Entretanto, sua história vem se caracterizando pelos sucessivos cargos ocupados e inconclusos. Seu projeto de momento é abandonar o cargo de governador com seu vice para concorrer nas eleições presidenciais de 2022.

Como os demais governos tucanos que há décadas ocupam o Palácio dos Bandeirantes, o governador João Doria, com o auxílio de seu

secretário da Educação Rossieli Soares vem aprofundando o desmonte da Educação pública utilizando os mesmos métodos autoritários que seus antecessores, atropelando qualquer possibilidade de diálogo com os trabalhadores da Educação e a comunidade escolar e sucateando a escola pública.

Doria tem enviado sucessivos projetos à Alesp para extinguir, conceder ou privatizar órgãos e empresas públicas, como o já citado PL 529 e, antes dele, iniciativas para privatizar o Zoológico, Complexo Esportivo do Ibirapuera, o Dersa e outros.

Nesse momento, o nosso maior combate contra o governo Doria é pela preservação da vida. O marketing do governador não é capaz de esconder sua incompetência para lidar com a pandemia. Dentro da tragédia nacional, o estado de São Paulo ocupa lugar de protagonista. Já são quase cem mil mortes e um descontrole total. A política de “sanfona” do governador em relação a medidas de isolamento social nada mais fez que causar prejuízos econômicos e sociais crescentes, sem resultados efetivos na redução dos níveis de infecção e mortalidade.

O descompromisso de Doria e Rossieli com a defesa da vida está evidente na insistência em forçar a volta às aulas presenciais. Pouco se importam com os mais de 2.400 casos de infecção ocorridos desde fevereiro nas escolas estaduais, com mais de 80 mortes. Pouco se importam com o risco que correm diariamente professores, funcionários e estudantes. Importam-se apenas em responder aos interesses de escolas privadas. Porém, mesmo no setor privado, são muitas as escolas que mantêm o ensino remoto, conscientes do grave momento da pandemia.

Graças à iniciativa da APEOESP de manter carros de som circulando em todas as regiões, dialogando com a população, a tentativas do governo Doria de retomar as aulas presenciais em todas as escolas fracassaram. Os pais não estão enviando seus filhos às escolas. A frequência é inferior a 5% do total.

Por outro lado, articulando com o CPP, APASE, AFUSE e a Federação dos Professores das Escolas Privadas, a APEOESP conquistou uma sentença judicial clara, que está em vigor: não pode haver aulas e atividades presenciais nas fases vermelha e laranja da pandemia. As atividades e aulas presenciais só podem voltar com vacinação e controle da pandemia.

A grande questão é que a maioria dos professores se mantém intimidada pela pressão da SEDUC, deixando de fazer valer a sentença. A APEOESP está estudando todas as medidas possíveis para que o governo seja obrigado a acatar e executar a sentença, pois a SEDUC investe em desinformação, faltando com a verdade e fazendo proposital confusão entre a derrubada de uma liminar anterior à sentença e a própria sentença, que está em pleno vigor.

Todas as informações sobre este assunto podem ser encontradas no Boletim Informa Urgente nº 66 e outros Boletins que estão disponíveis no portal da APEOESP: www.apeoesp.org.br.

Vacina para todos! Vacinação para todos os profissionais da Educação, sem corte de idade

Quando lançou o Plano Estadual de Imunização, em 6 /12/2020, o governo Doria não

fez referência aos profissionais da educação. Na mesma data, a APEOESP oficiou ao governador para que esses profissionais fossem incluídos nos grupos prioritários. Mais tarde, o governo atendeu, porém, estabelecendo uma linha de corte: vacinação imediata somente para os que têm acima de 47 anos.

Foi inegavelmente uma vitória. Mas

ainda insuficiente. Agora estamos pressionando para que vacine toda categoria e não apenas os profissionais com 47 anos ou mais.

Além disso, a APEOESP se soma à luta da sociedade para que os governos estadual e federal assegurem vacinação para todos os cidadãos e cidadãs.

EDUCAÇÃO DE QUALIDADE É DIREITO SOCIAL

PEI, "NOVO" ENSINO MÉDIO, ESCOLA CÍVICO-MILITAR, EJATEC

DIGA NÃO A ESTES PROJETOS EXCLUDENTES, AINDA MAIS NA PANDEMIA!

EXIJA A REUNIÃO DO CONSELHO DE ESCOLA PARA REJEITÁ-LOS!

APRENDIZAGEM SE RECUPERA. VIDAS, NÃO!



www.apeoesp.org.br

O DIREITO À educação inclusiva PRECISA SER GARANTIDO A TODOS OS ESTUDANTES! #EDUCAÇÃOPARATODOS

Governo Doria/Rossieli aproveita pandemia para impor projetos sem debate com os profissionais da Educação e comunidade escolar

Ao largo da lei que exige que os Conselhos de Escola sejam espaços deliberativos para as decisões nas unidades escolares e define a gestão democrática como princípio, o governo Doria/Rossieli aproveita o momento da pandemia, quando as pessoas estão procurando se resguardar e não serem contaminadas, para impor de forma autoritária programas que são excludentes e autoritários.

Dentre esses programas destacamos o Programa de Ensino Integral (PEI); as escolas cívico-militares; EJATEC e o chamado “novo ensino médio”, na verdade um “velho modelo conhecido”. O primeiro aspecto a destacar é o método de implantação, caracterizado pela ausência total de debate com os sujeitos da escola pública. Na medida que os profissionais da Educação, os estudantes, e os pais ou responsáveis não podem frequentar a escola o governo atropela e faz consultas dirigidas

e manipuladas, ignorando os Conselhos de Escolas, que são as instâncias que devem tomar todas as decisões nas unidades escolares.

Outro aspecto a se destacar diz respeito ao autoritarismo como princípio pedagógico desses programas, ao restringir o espaço de debate e livre reflexão nas escolas. Isso se evidencia de forma mais clara nas escolas cívico-militares, que militarizam o ambiente escolar, mas também subjacente nos demais programas, ao restringirem as possibilidades de reflexão e construção pedagógica educacional, inclusive procurando restringir o direito de greve dos profissionais nessas escolas.

Finalmente, são programas pedagógicos excludentes ao não proporcionarem ao conjunto dos estudantes das escolas públicas uma formação articulada e consistente que lhes possibilitem criar e desenvolver seus projetos de vida e profissão, na medida que lhes é ofertada formação fracionada e restrita. No Boletim Informa Urgente nº 73 (<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/apeoesp-urgente/n-73-em-defesa-incondicional-da-vida-sentenca-judicial-e-para-ser-cumprida/>), você terá mais informações sobre as principais ações da APEOESP e suas lutas mais recentes e orientações.

II – CAMPANHAS

a) Nossa luta é em defesa da vida

A falta de um ambiente com segurança sanitária, o pequeno número de pessoas vacinadas na população, o fato de que grande número de profissionais da educação ainda não foram vacinados, os riscos das aulas presenciais para o descontrole da pandemia no estado são fatores mais que suficientes para continuarmos a nossa luta para a manutenção do ensino remoto, cobrando do Estado que ofereça condições para que os professores e estudantes possam desenvolver adequadamente as atividades.

b) Campanha contra a imposição de Programas – o velho “novo ensino médio”; EJATEC; PEI; Escola Cívico Militar

Mobilizar a categoria e desenvolver um amplo movimento de diálogo com a comunidade escolar, ampliando para setores da sociedade civil organizada (movimentos sociais, sindicatos, etc.) para que não haja implantação de nenhum programa neste momento de pandemia, quando os profissionais da Educação e toda comunidade escolar (pais e alunos) devem evitar aglomerações para conter a contaminação.

c) Não ao retorno às aulas presenciais

Mobilizar a militância no contato com a categoria (virtual), dando todo suporte para garantir a sua segurança e seus direitos. Aprofundar contato com a sociedade para aumentar o apoio contra o retorno genocida às aulas presenciais nesse momento de pandemia.

d) Campanha de Solidariedade

Transformar todas as subseções em um espaço de arrecadação de auxílio para a parcela da categoria que está passando dificuldades, além dos setores da sociedade vulneráveis e fortalecendo, com isso, nossos laços de solidariedade com a classe trabalhadora.

e) Luta em defesa da democracia

As diversas ações e políticas de perseguição e criminalização dos movimentos sociais, de destruturação das formas de lutas dos trabalhadores fazem parte da mesma concepção que norteia uma onda conservadora de direita que tenta desestabilizar a democracia, atentando inclusive contra instituições como o Supremo Tribunal Federal. A APEOESP e os professores devem se posicionar e se mobilizar contra toda tentativa golpista e fascista. Fora Bolsonaro!

f) Comunicação com a categoria e a sociedade

Por isso temos que dar continuidade ao trabalho de comunicação com a sociedade:

- carros de som;
- campanha nas redes sociais (Cards, videos, etc.);

- “Faixaços” e outras formas de comunicação criativa.

g) Assembleia da categoria

Debater nas reuniões regionais propostas para Assembleia da categoria.

